



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

ISSN on line
2359-2826

Como os deputados federais alocam os recursos públicos?
Análise das emendas parlamentares propostas ao orçamento
2016

Márcio C. Carlomagno (ufpr)

newsletter

v. 3 ▪ n. 1 ▪ janeiro, 2016

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Como os deputados federais alocam os recursos públicos? Análise das emendas parlamentares propostas ao orçamento 2016¹

How congressional representatives allocate public resources? Analysis of parliamentarians' amendments proposed to the 2016 Brazilian budget

Márcio C. Carlomagno (ufpr)*

Resumo: Este informativo apresenta uma análise inicial das 6.714 emendas parlamentares propostas pelos 513 deputados federais ao orçamento de 2016. Na primeira parte, se contextualiza o que são as emendas parlamentares no processo orçamentário brasileiro (recursos discricionários que os deputados possuem para investir nas áreas ou projetos que escolhem), especialmente à luz do novo contexto legal de 2015 (aprovação do orçamento impositivo). A seguir, apresenta-se dados sobre as áreas temáticas contempladas e a modalidade de aplicação das verbas, na qual se percebe que: a) não há grandes distinções temáticas entre os partidos políticos (embora PSDB invista mais em "desenvolvimento urbano", enquanto PT e PSOL em "educação e cultura"); b) transferências a municípios é a estratégia de modalidade de investimento mais adotada, em consonância com o indicado pela literatura (neste tópico, o PT é o partido que menos utiliza tal recurso). Na seção seguinte, analisa-se as origens partidárias das verbas destinadas a uma área de governo específica (direitos humanos, de gênero e de raça), a fim de verificar maiores detalhes. PRB, PT e PSOL são os partidos mais destacados neste tópico. No entanto, os recursos vindos dos PRB têm origem em apenas dois parlamentares, não caracterizando um comportamento partidário. Fica evidenciado que, apesar das semelhanças do quadro por "áreas temáticas" da primeira parte, existem diferenças entre os partidos quando verificamos pastas ou subtópicos específicos. Ao fim, ressalta-se a importância do acompanhamento das emendas parlamentares enquanto uma importante atividade dos deputados brasileiros.

Palavras-chaves: emendas parlamentares; orçamento impositivo; legislativo; Câmara dos Deputados; partidos políticos.

Abstract: This newsletter presents an initial analysis of the 6714 parliamentary amendments proposed by 513 Brazilian deputies to the 2016 budget. In the first part, it contextualizes what the parliamentary amendments in the Brazilian budget process (discretionary resources that MPs have to invest in areas or projects), especially in light of the new legal context of 2015 (imposing budget). Then presents information on the thematic areas covered and the mode of application of funds. We found out that: a) there are no major thematic distinctions between political parties (although PSDB invest more in "urban development" while PT and PSOL in "education and culture"); b) transfers to municipalities is the strategy more adopted of investment mode, in accordance with the indicated by literature (in this topic, PT is the party that least uses this resource). In the following section, we analyze the sources of party funds to a specific area of government (human rights, gender and race) in order to verify more details. PRB, PT, PSOL are the most prominent parties in this topic. However, the resources from the PRB comes from only one parliamentary, not characterizing a political party behavior, but an outlier. It is evident that, despite the similarities in "thematic areas", there are fundamental differences between the parties when we check specific secretaries or sub-topics. In the end, it emphasizes the importance of following up parliamentary amendments as an important activity of Brazilian deputies.

Keywords: parliamentary amendments; imposing budget; legislative; Chamber of Deputies; political parties.

¹ Agradeço aos funcionários do Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados pela disponibilização do banco de dados utilizado neste informativo.

O tema em questão: a função orçamentária do legislativo

“O que faz um deputado?”, perguntava aos eleitores uma famosa propaganda eleitoral alguns anos atrás. Quem se ativer aos aspectos oficiais sobre o “papel do Legislativo” vai recitar a cartilha sobre suas duas funções clássicas presentes na teoria: criar leis e fiscalizar o Executivo. *True, but not all of it*. Em uma visão pragmática, podemos resumir o que é uma das principais funções de um parlamentar no Brasil: emendas parlamentares.

Na configuração que o sistema político-administrativo assumiu no Brasil, uma parcela do orçamento é definida não pelo Executivo (que elabora o plano orçamentário anual), mas pelos parlamentares². Atualmente, cada parlamentar tem o poder sobre cerca de R\$ 15 milhões de reais³, os quais pode alocar para onde quiser.

O pressuposto por detrás desta ferramenta contém uma boa intenção: os deputados são mais próximos das questões locais de seus respectivos estados do que o governo central e, portanto, podem indicar com mais propriedade quais são os assuntos prioritários e quais regiões demandam o quê.

As consequências às vezes não são tão boas assim. Primeiro, imputa ao legislador um papel “Executivo” que, no transcorrer dos anos, acabou por se tornar uma de suas principais funções no exercício do mandato. Segundo, gera o fenômeno chamado pela literatura de *pork-barrel* (Ames, 1995). Grosso modo, o parlamentar tende a centrar suas atividades apenas em regiões específicas⁴ que são sua *constituency* (base eleitoral)⁵.

Outro aspecto negativo é que municípios com prefeitos (ou representantes de setores) com pouca inserção e articulação política podem ser preteridos na alocação de verbas, a despeito da real necessidade de tais localidades/setores. Esse processo ocorre também nos legislativos estaduais⁶ (que distribuem recursos para os municípios do estado).

Em 2015, foi aprovada Emenda Constitucional número 86-2015, resultante da PEC 358/2013, chamada de “orçamento impositivo”⁷, que altera diversos artigos da Constituição Federal que tratam das emendas parlamentares. Em resumo, até então o governo federal não era obrigado a

² Para um resumo do processo orçamentário brasileiro, veja Kanayama & Rodrigues, 2014.

³ O valor exato para o orçamento de 2016 foi de R\$ 15.342.437,00, por parlamentar. Os valores são atualizados e variam anualmente: “Esse valor é calculado considerando o montante de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, distribuído pela quantidade de parlamentares no exercício do mandato” (Congresso Nacional, 2015, p. 5)

⁴ É importante ter claro que este é um fenômeno que *pode* ocorrer, mas não sempre. Carvalho, Corrêa e Ghiggino (2010) identificam dois tipos de deputados: de atuação regionalista e de atuação universalista. Na literatura há muitos meios de distingui-los, sendo um deles a análise do padrão de votação obtido em sua eleição; sobre isso, veja: Avelino, Biderman e Silva (2011); Silva (2014); Mesquita et al. (2014); Carlomagno (2015).

⁵ Para duas excelentes pesquisas que relacionam as bases eleitorais dos deputados e seu comportamento legislativo, veja Ricci & Lemos (2004) e Mesquita et al. (2014); estes últimos tratam justamente de emendas parlamentares.

⁶ As datas, prazos e valores são diferentes para cada Legislativo, mas o princípio geral da lógica do emendamento se reproduz.

⁷ Para um debate sobre as questões atinentes ao orçamento impositivo, veja Kanayama (2014).

executar as emendas apresentadas, podendo estas serem cortadas não apenas por questões de restrição fiscal, mas por eventual perseguição política (obrigando os legisladores a estarem em constante negociação com o Executivo). Com o novo ordenamento jurídico, as emendas apresentadas pelos parlamentares passam a ter execução obrigatória por parte do Executivo⁸. Em termos do balanço de forças políticas, isto é um inegável ganho do Congresso frente à uma diminuição de poder do Executivo federal. O orçamento 2016 foi o primeiro formulado sob esta nova regra.

A escolha das áreas de investimento político

A discricionariedade ao formular emendas é grande. Ela pode ser ampla e genérica (“o programa A do governo estadual”, ou mesmo apenas “a área temática B”, sem maior especificação) ou bem específica (“compra de ambulâncias para o município Y”; ou “a entidade tal do município Z”, especificando mesmo qual instituição receberá – que pode ser tanto pública (Santas Casas, por exemplo) ou privada (associações beneficentes, etc.)). Exatamente por esta liberdade de atuação que os deputados possuem, a análise de tal comportamento se torna um tema de pesquisa muito pertinente.

Distintas estratégias políticas podem ser reveladas a partir da análise da alocação dos recursos. Por exemplo, deputados ligados ao governador de seu estado podem alocar recursos para programas do governo estadual, enquanto os de oposição não. Analogamente, deputados ligados ao partido ou à base do governo federal podem escolher alocar recursos para programas do governo federal, e assim por diante.

Podemos exemplificar a importância do emendamento na representação política brasileira a partir de dois dos maiores antagonistas na Câmara dos Deputados atualmente.

A presença do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) garantiu, por exemplo, que R\$ 400 mil fossem alocados para a aquisição de equipamentos para o laboratório de audiovisual da Faculdade de Comunicação da UFBA (Campus Ondina) e outros R\$ 200 mil para a implantação do “Centro de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT”⁹.

Ao passo que seu arquirrival, Jair Bolsonaro (PP-RJ), alocou R\$ 500 mil para a implantação do “Polo de Ciência e Tecnologia do Exército”, em Guaratiba, R\$ 200 mil para equipamentos de informática para o Serviço de Identificação da Marinha, R\$ 200 mil para aquisição de um equipamento de Raio-X digital para o Colégio Naval e outros R\$ 200 mil para a construção de uma casa de força na Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia¹⁰.

Não se trata de discutir quais gastos são “melhores”, mas de entender que cada parlamentar representa os segmentos que os elegeram. Assim é a democracia representativa.

⁸ São ressalvadas algumas hipóteses de cortes, como por restrição fiscal, mas preservando-se a equiparação de cortes entre os parlamentares.

⁹ Respectivamente, emendas número 27840019/2015 e 27840018/2015.

¹⁰ Respectivamente, emendas número 17730015/2015, 17730009/2015, 17730005/2015 e 17730003/2015.

Neste informativo não adentraremos na análise substantiva das propostas de emendas, tais como essas últimas exemplificadas. O objetivo aqui é mostrar os *padrões gerais* que constituem o comportamento político na alocação dos recursos para o orçamento 2016.

Para isso, primeiramente, iremos mostrar os padrões relativos às “áreas temáticas” contempladas e às “modalidades de aplicação” dos recursos, que se refere ao tipo de transferência que é realizado. Na segunda parte, faremos uma análise pormenorizada das origens de recursos de três pastas (que compõem um subgrupo de “área de governo”) específicas, a fim da busca de maiores detalhes deste comportamento político.

Utilizaremos os partidos políticos como agregador comum para a análise¹¹. A pergunta, portanto, é: *quais as distinções (caso existam) dos partidos políticos brasileiros em suas estratégias de alocação de recursos de emendas parlamentares?*

Embora as emendas sejam feitas também pelo Senado, por bancadas coletivas dos estados e pelas comissões (aliás, o maior montante das emendas vêm destas duas últimas), a presente análise se focará apenas nas emendas individuais dos deputados federais, visto que as dinâmicas são distintas, seja no plano da ação coletiva (no caso de emendas coletivas por bancadas), seja no plano dos interesses de representação (no caso dos senadores, cuja função não é representar o povo, mas os estados da federação).

Áreas temáticas e modalidade de aplicação

Esta primeira parte da análise focará em dois âmbitos: 1) “áreas temáticas”; 2) “modalidade de aplicação”.

A área temática é auto explicável por sua denominação. Segundo a resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional (atualizada pela resolução nº 3/ 2015), há 16 áreas temáticas passíveis de emendas¹².

Já a modalidade de aplicação se refere a como o dinheiro será dispendido e, embora tenha diversas categorias, se distingue especialmente entre a) “transferências a municípios”, b) “transferências a estados”, c) “transferências a entidades privadas” ou d) “aplicações diretas” (para programas diretamente executados pelo governo federal).

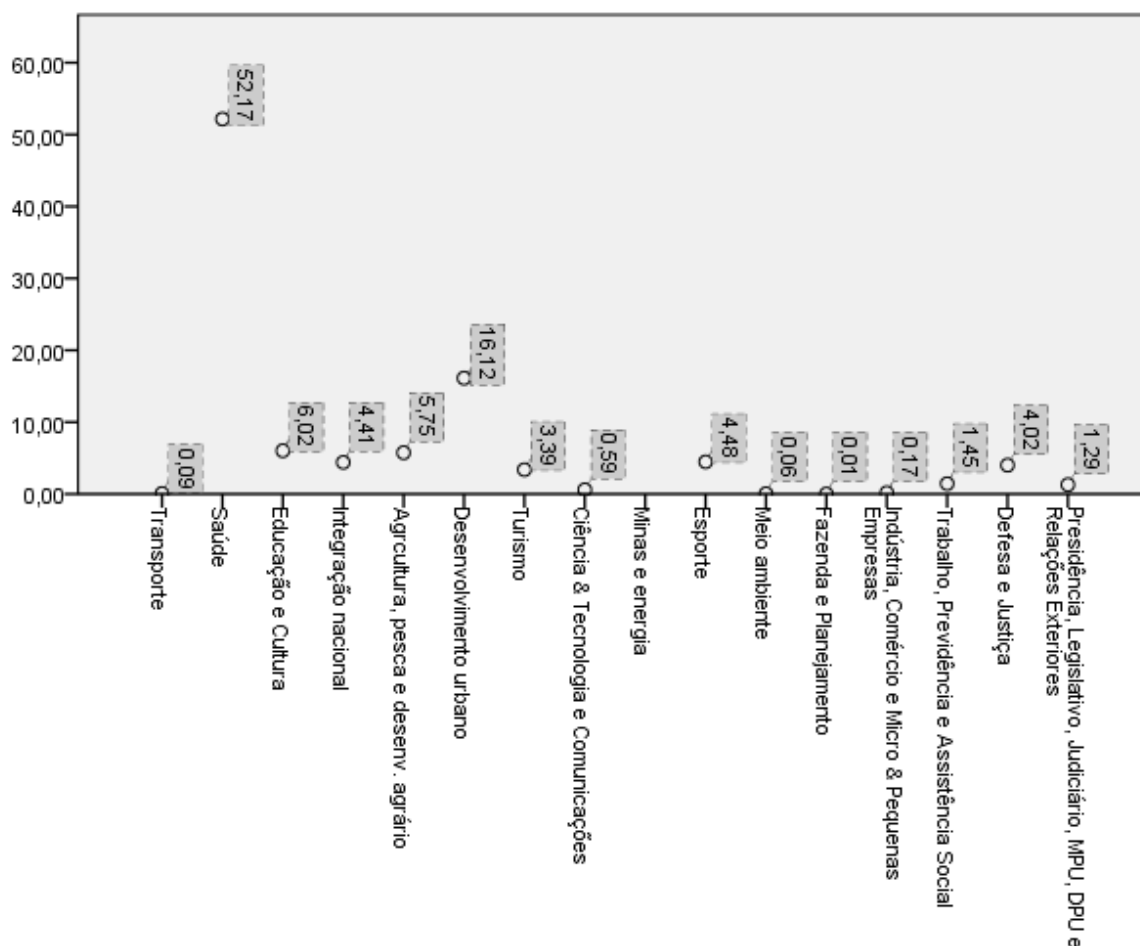
¹¹ “Partido político” aqui entendido como a simples soma dos parlamentares que o integram. A emenda é decisão individual do parlamentar, não do partido ao qual pertence. Não estamos tratando, portanto, de atuação ou dinâmicas partidárias, mas de um simples agregador comum.

¹² São elas (importante não confundir com “área de governo”, cujas opções se desdobram a partir destas): I) Transporte; II) Saúde; III) Educação e Cultura; IV) Integração Nacional; V) Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário; VI) Desenvolvimento Urbano; VII) Turismo; VIII) Ciência e Tecnologia e Comunicações; IX) Minas e Energia; X) Esporte; XI) Meio Ambiente; XII) Fazenda e Planejamento; XIII) Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas; XIV) Trabalho, Previdência e Assistência Social; XV) Defesa e Justiça; XVI) Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.

Este item é importante para verificarmos as relações que os deputados estabelecem com os destinatários finais destas verbas, em termos de transferências a suas bases eleitorais (municípios), ao próprio governo federal ou a entidades privadas.

Vale destacar que, para todos os itens ao longo deste informativo, está sendo considerado o agregado dos valores alocados em cada categoria, não o simples número de emendas emitidas, que foi desprezado¹³. A seguir, as áreas temáticas contempladas pelas emendas, em porcentagens.

Gráfico 1 – Áreas temáticas contempladas pelas emendas parlamentares à LOA 2016, em porcentagem



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Câmara dos Deputados

Percebemos que 52% de todos recursos foram destinados à área de saúde, apenas pouco acima do piso mínimo exigido por lei, de 50%¹⁴. Após isso, a área com maior destaque vem

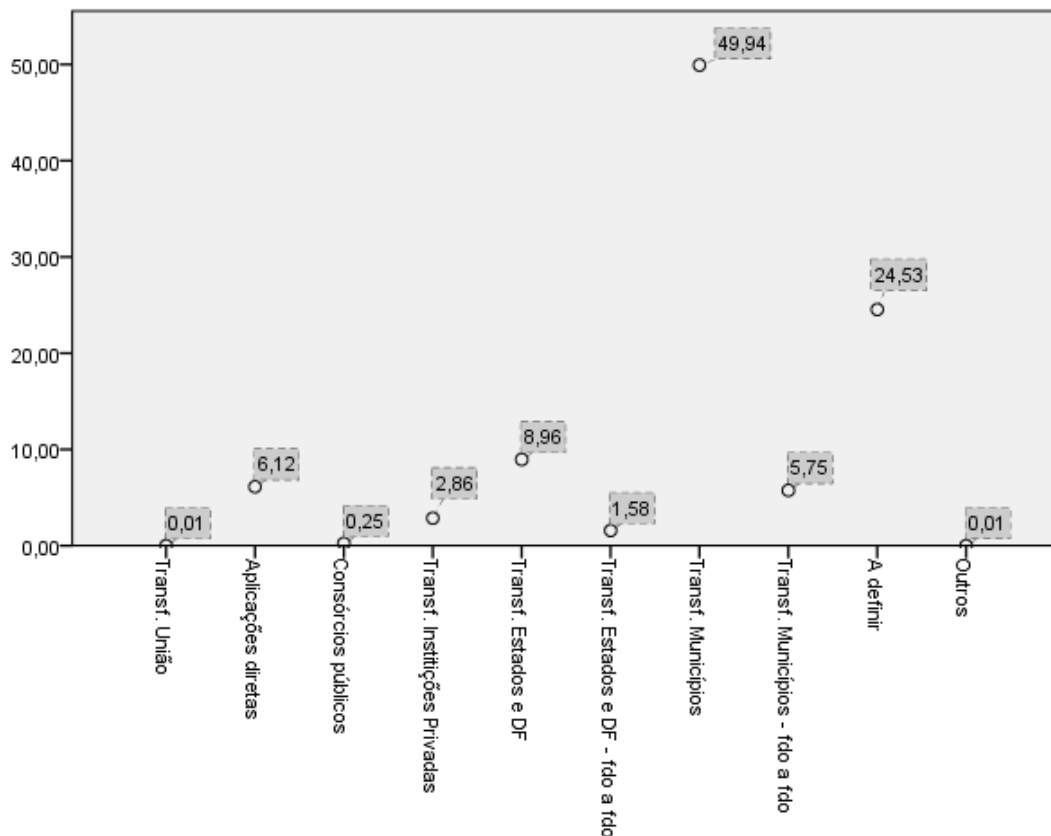
¹³ Esta questão é importante pois, hipoteticamente, um parlamentar pode fazer 10 emendas de um valor determinado e, por outro lado, apenas uma emenda que supere a soma das demais emendas. Consideramos que o importante são os valores alocados, não o número de benefícios concedidos.

¹⁴ O piso mínimo de 50% passou a ser obrigatório a partir deste ano de 2015, também por força da Emenda Constitucional 86-2015 (que instituiu o orçamento impositivo), mais especificamente pela inserção do parágrafo 9º do art. 166 da Constituição Federal.

desenvolvimento urbano, com 16%. Em seguida, aparecem no mesmo patamar “educação e cultura”, “agricultura”, “integração nacional”, “esporte” e “defesa e justiça”.

Curiosamente, nenhum investimento foi feito na rubrica de “minas e energia”, enquanto “transportes” (basicamente, referente a rodovias) apresenta um patamar inferior ao esperado por este analista.

Gráfico 2 – Modalidades de aplicação utilizadas pelas emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA) 2016



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Câmara dos Deputados

Em relação à modalidade de aplicação, como esperava-se, quase metade de todos valores alocados foram destinados à “transferência a municípios”. Se a isso adicionarmos ainda os valores transferidos aos municípios via “fundo a fundo”¹⁵, este patamar passa dos 55%.

Um nível muito baixo, na casa dos 6%, de emendas foram alocadas para serem gastas diretamente pelo governo federal, o que demonstra que, mesmo entre os parlamentares no seio do

¹⁵ O tipo de repasse “fundo a fundo” se difere por ser ligado a um fundo específico (por exemplo, o Fundo Nacional de Saúde ou o Fundo Nacional de Segurança Pública), usualmente parte integrante de algum projeto/programa já em curso. Como estes poderiam, hipoteticamente, apresentar distinções partidárias, escolhi mantê-los desagregados (mas os dados empíricos mostraram que não há grandes diferenças). Na prática, em termos mais gerais, os dois tipos de transferências são análogos e poderiam ser agregados sem maiores problemas, pelo analista que assim deseje.

governo, esta não é uma estratégia utilizada. As emendas parlamentares são, de fato, utilizadas para os deputados contemplarem suas bases locais e estados (independente do tema a que se destinam).

Duas informações precisam ser lidas em conjunto: o patamar baixo de “transferências a instituições privadas” (2%) e o alto patamar de “a definir” (24%).

Este comportamento é explicado porque a partir de 2015 passou a vigorar a lei nº 13.019/2014, que exige chamamento público para seleção das entidades para estabelecimento de termo de parceria ou de colaboração com o governo. A própria edição deste ano do manual de emendas do Congresso Nacional alerta que “eventual identificação de entidade no subtítulo poderá levar à inviabilização da execução da emenda” (Congresso Nacional, 2015, p. 5) em razão deste novo ordenamento. Desta sorte, podemos entender os “a definir” como potenciais transferências a entidades específicas, sejam públicas ou privadas (embora, evidentemente, possam existir exceções específicas dentro a categoria).

De modo geral, percebemos que o padrão apontado pela literatura parece prevalecer, com a grade maioria das aplicações sendo realizada por transferência aos municípios ou a determinadas entidades.

As transferências a estados ficam em um patamar bem inferior, o que é interessante sobretudo quando percebemos que existem distinções partidárias fortes, neste item específico, como pode ser visto na seção seguinte.

Distribuição de preferências por partidos políticos

Apresentados os dados gerais, podemos perguntar: será que os deputados de diferentes partidos políticos¹⁶ se distinguem ao alocar seus recursos? Quais padrões de comportamento apresentam?

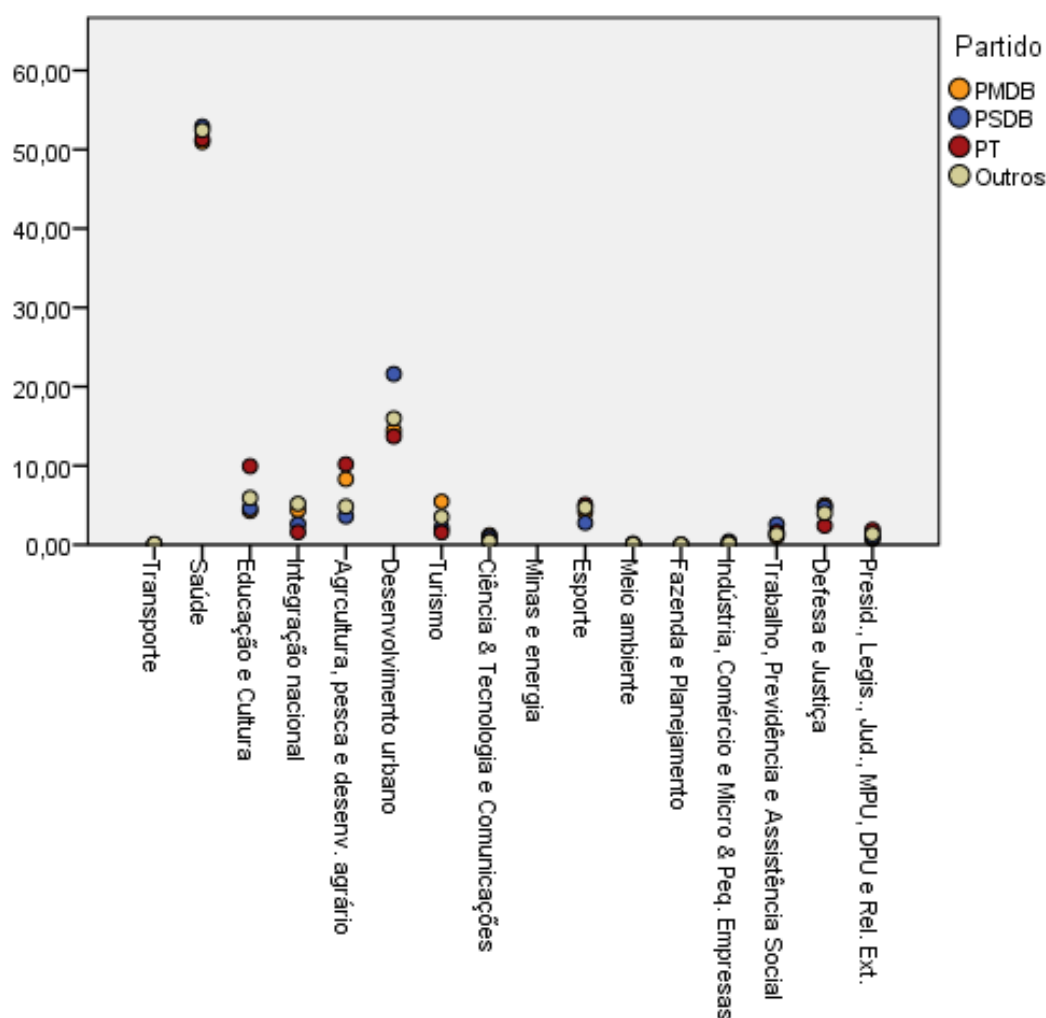
Como estratégia para melhor apresentação visual dos dados, optou-se por utilizar nos gráficos a seguir apenas os três principais partidos brasileiros e todos os demais agregados em “outros” e, adicionalmente, fornecer as informações sobre todos os demais partidos em tabelas constantes nos anexos. Assim, os leitores que queiram informações sobre determinado partido podem consultar os anexos, ao mesmo tempo que os dados gerais podem ser exibidos de forma gráfica compreensível (colocar 28 partidos em um mesmo gráfico o tornaria ilegível).

Como o objetivo é comparar os partidos, utilizamos os valores em porcentagens dentro do próprio partido. Isto é, do total disponível para cada partido (sem levar em conta qual montante é este), como esses recursos foram destinados? Considerar os valores totais neste caso seria um erro, já que o valor destinado a emendas é unitário por deputado e partidos com mais deputados têm, obviamente, mais dinheiro disponível.

A seguir, podemos conferir a comparação por área temática.

¹⁶ Após a ocorrência das emendas, em outubro, foram criados dois novos partidos (Rede e Partido da Mulher - PMB), para os quais alguns deputados transferiram-se. Entendendo o partido como a soma de seus indivíduos (nota 11), optamos por considerar estes dois partidos, para o bem da análise à luz das posições no contexto atual. Portanto, foram consideradas as filiações dos indivíduos ao final do ano legislativo, em 18 de dezembro.

Gráfico 3 – Saldo das emendas parlamentares à LOA 2016 - por área temática e por partido



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados

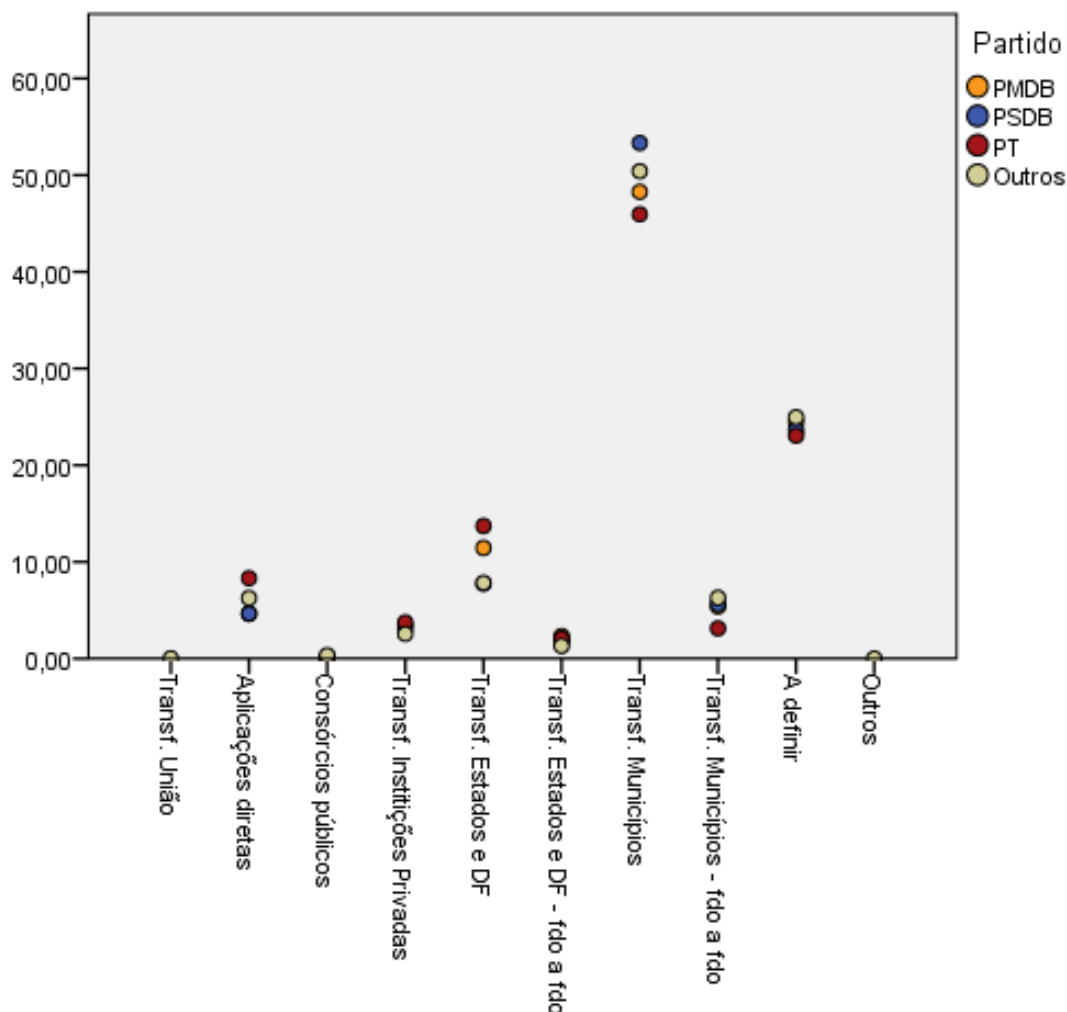
Todos os partidos destinaram ao menos 50% à área de saúde, o que não é novidade já que isto é estipulado pela lei.

Contudo, nenhum deles ficou muito acima deste piso. Em termos de distinções entre os principais partidos brasileiros, no campo “educação e cultura” o PT está à frente de seus concorrentes (9%, contra 4% de PMDB e PSDB), enquanto o PSDB se destaca pela alocação de verbas em “desenvolvimento urbano” (21%, contra 14% de PMDB e 13% do PT).

Salvo exceções pontuais, como estas, não há grandes distinções entre os grandes partidos no tocante à área temática a que destinam o dinheiro de suas emendas. Algumas surpresas ficam a cargo de alguns pequenos partidos, como se pode consultar nos anexos. O PSOL alocou 33% de todas suas emendas no item “educação e cultura”, sendo o campeão deste quesito. O PTC, por sua vez, alocou 26% para “agricultura”. Apenas seis casos, como estes dois mencionados, alocaram mais de 20% para um único item (desconsiderando “saúde” que, por constrangimento legal, não é escolha

de estratégia política). A indistinção dos partidos no gráfico mostra bem que a estratégia (ao menos ao olhar os dados agregados no nível partidário¹⁷) é pulverizar os recursos entre distintas áreas.

Gráfico 4 – Modalidades utilizadas nas emendas parlamentares à LOA 2016 (considerando o saldo) - por partido



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados

Aqui, conseguimos visualizar algumas distinções mais claras do que nas áreas temáticas.

Primeiramente, como seria natural de se esperar, PT e “outros” são os que mais utilizam “aplicações diretas” (programas executados pelo governo federal), embora em um nível muito baixo, como já relatamos anteriormente.

¹⁷ Uma hipótese alternativa é que os maiores partidos tendem a ter resultados agregados mais pulverizados não por serem, necessariamente, mais plurais, mas porque ao ter mais deputados, contemplam um maior espectro temático, na soma das atitudes individuais específicas. Isso explicaria os resultados específicos encontrados não apenas para PSOL, mas alguns outros pequenos partidos (com um ou dois deputados apenas) que concentram algum investimento em alguma área específica. Nesta abordagem, o partido como agregador comum de análise deveria ser descartado e apenas a análise em nível individual importaria.

Muito curiosamente, o PT é o partido que menos utiliza “transferências a municípios”, a despeito deste tipo de transferência ser a mais utilizada pelos parlamentares. Por outro lado, é o partido que mais utiliza “transferências aos estados”, seguido pelo PMDB. Enquanto no PT 13% do dinheiro movimentado pelas emendas foi destinado a transferências a estados e no PMDB, 11%, no PSDB esta categoria atinge apenas 7%, a despeito do PSDB ter o mesmo número de governadores que o PT e apenas dois a menos do que o PMDB.

Em termos analíticos, o rendimento destes dados nos serve para pensar as estratégias de articulação política que os deputados de cada um desses partidos adotam.

Embora os partidos priorizem as transferências municipais (é o tipo mais utilizado em todos eles), há uma distinção de grau no que concerne ao PT e ao PSDB. Enquanto este último lidera as transferências a municípios, aquele lidera as transferências a estados.

Isto poderia significar diversas coisas, que apenas uma análise mais pormenorizada nos permitiria averiguar. Uma hipótese que tal dado pode apontar é que o PSDB, notório defensor do voto distrital (misto) no Brasil, de fato adote comportamento “distrital” na atuação política de seus deputados, optando por políticas mais localistas.

Uma agenda futura dos pesquisadores da área é cruzar estes os dados com os padrões de votação obtidos por estes deputados em suas eleições, como em Mesquita et al. (2014).

Direitos humanos, de gênero e de raça: quem se importa?

Apresentados os dados mais gerais, acreditamos ser importante a análise de um subgrupo específico. Analisar as grandes áreas temáticas como fizemos no item anterior tem a vantagem de nos mostrar os movimentos gerais. Mas, como vimos, os partidos parecem distribuir seus recursos de forma pulverizada e olhar apenas estas áreas poderia dar a falsa impressão de que os partidos são iguais.

Para testar se isso é verdadeiro ou não, escolhemos três órgãos entre as 185 unidades orçamentárias¹⁸ que receberam alguma verba de emenda parlamentar neste ano. Foram escolhidas três pastas que compõem a “área de governo” denominada “direitos humanos, de gênero e de raça”, que historicamente gera muito debate na opinião pública. São elas a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SPPIR)¹⁹.

¹⁸ Uma unidade orçamentária é a entidade administrativa responsável pelo gerenciamento de dado orçamento. Incluem-se entre elas (mas não somente), ministérios, secretarias, autarquias, fundações, universidades, etc.

¹⁹ As três pastas são vinculadas à Presidência da República e, nos dados apresentados anteriormente, estão inseridas neste item.

Tabela 1 – Emendas parlamentares às pastas de direitos humanos, políticas para mulheres e igualdade racial, por partido

Partidos	Secretaria de Direitos Humanos					Secretaria de Políticas para Mulheres					Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial				
	R\$	% R\$ do Partido	N. dep.	% da bancada	% R\$ da Pasta	R\$	% R\$ do Partido	N. dep.	% da bancada	% R\$ da Pasta	R\$	% R\$ do Partido	N. dep.	% da bancada	% R\$ da Pasta
DEM	260000,00	0,08%	2	9,52	,72%			0					0		
PCdoB	1100000,00	0,65%	5	45,45	3,07%	1300000,00	0,77%	4	36,36	10,88%	850000,00	0,50%	3	27,27	22,25%
PDT	2130000,00	0,82%	4	23,53	5,94%	400000,00	0,15%	1	5,88	3,35%			0		
PEN			0					0					0		
PHS	310000,00	0,40%	1	20,00	0,86%			0					0		
PMB	250000,00	0,07%	1	4,55	0,70%	100000,00	0,03%	1	4,55	0,84%			0		
PMDB	1320000,00	0,13%	5	7,69	3,68%	200000,00	0,02%	1	1,54	1,67%			0		
PMN			0					0					0		
PP	1530000,00	0,26%	4	10,53	4,26%	200000,00	0,03%	1	2,63	1,67%			0		
PPS	1080000,00	0,70%	3	30,00	3,01%	500000,00	0,33%	1	10,00	4,18%			0		
PR	540000,00	0,10%	2	5,88	1,50%	400000,00	0,08%	1	2,94	3,35%			0		
PRB	1176216,00	0,38%	4	20,00	3,28%	3700000,00	1,21%	2	10,00	30,96%	1500000,00	0,49%	1	5,00	39,26%
PROS	610000,00	0,44%	2	22,22	1,70%			0					0		
PSB	3042000,00	0,57%	4	11,43	8,48%	300000,00	0,06%	2	5,71	2,51%	500000,00	0,09%	1	2,86	13,09%
PSC	1250000,00	0,68%	2	16,67	3,48%			0					0		
PSD	1210000,00	0,23%	5	14,71	3,37%			0					0		
PSDB	4161218,00	0,50%	8	14,81	11,60%			0			200000,00	0,02%	1	1,85	5,24%
PSL			0					0					0		
PSOL	1700000,00	2,22%	3	60,00	4,74%	650000,00	0,85%	2	40,00	5,44%	120436,00	0,16%	1	20,00	3,15%
PT	10422431,00	1,17%	20	34,48	29,05%	3400000,00	0,38%	8	13,79	28,45%	650000,00	0,07%	3	5,17	17,01%
PTB	250000,00	0,07%	2	8,70	0,70%			0					0		
PTC			0					0					0		
PTdoB	60000,00	0,13%	1	33,33	0,17%			0					0		
PTN	1800000,00	2,93%	1	25,00	5,02%			0					0		
PV	360000,00	0,47%	1	20,00	1,00%			0					0		
REDE	1000000,00	1,30%	1	20,00	2,79%	800000,00	1,04%	3	60,00	6,69%			0		
S. PART.			0					0					0		
SD	320000,00	0,14%	2	13,33	0,89%			0					0		
Total	35881865,00				100,00%	11950000,00				100,0%	3820436,00				100,0%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados

O primeiro ponto que se nota é a gradual restritividade que recai sobre as secretarias, conforme seu grau de especificidade. Enquanto quase todos partidos (23 partidos e 83 deputados) destinaram algum recurso às políticas de direitos humanos, este número cai drasticamente entre os que destinaram recursos a políticas para mulheres (12 partidos e 27 deputados), enquanto tão somente dez deputados, de seis partidos, destinaram algum recurso a políticas de igualdade racial.

No caso da pasta de Direitos Humanos fica demonstrada a importância deste balanço por percentual intrapartidário, e não por valores totais. Enquanto 29% das emendas destinadas à pasta vieram do PT, isto representa 1,1% do total que este partido destinou a todas emendas que fez, ao passo que o PSOL destinou 2,2% de todos seus recursos a esta pasta (ainda que, pelo fato de terem bem menos deputados, esta soma tenha totalizado apenas 4% da pasta). Em termos relativos, isto é, intrapartidários (o montante de seus recursos disponíveis), o que o PSOL destinou foi o dobro do PT.

A grande ausência fica por conta do PMDB, o maior partido do país (e a maior bancada na Casa), que marca uma presença muito tímida nas verbas destinadas à direitos humanos e se faz completamente ausente nas pastas de mulheres e igualdade racial.

Ironicamente, dos deputados hoje filiados ao "Partido da Mulher Brasileira", somente um destinou recursos a ações relacionadas às políticas para mulheres (que somaram tão somente 0,66% do total do próprio parlamentar e 0,03% do total dos recursos disponíveis pelos parlamentares do partido).

Por outro lado, o comportamento do PRB apresenta inesperada e muito ativa presença, quando olhamos tanto para a participação relativa (% do dinheiro do partido) quanto para a participação na pasta. Tanto nas políticas para mulheres quanto nas políticas de igualdade racial o PRB é o partido líder nos dois quesitos, superando o PT (que tem tais políticas como uma de suas bandeiras).

Contudo, ao verificarmos o número de parlamentares responsáveis por tais emendas, percebemos que, embora o valor em dinheiro seja muito alto, veio de apenas uma deputada²⁰, no caso SPPRI (que equivale apenas 5% da bancada do partido). Ou seja, neste caso verificamos que se trata não do fruto de um pensamento compartilhado pelos membros do partido (caso uma parte razoável dos parlamentares tivessem realizado emendas), mas da atuação de um *outlier* (valor discrepante / exceção), que não representa a tendência geral daquela organização.

Esta é uma análise de apenas um subgrupo de pastas. Se olharmos, por exemplo, a área de governo "defesa nacional" e os comandos militares, possivelmente o quadro será bem diferente.

A questão que fica ilustrada é que, apesar da análise mais geral (áreas temáticas) demonstrarem comportamento similar dos congressistas, conforme vamos olhando para os detalhes percebemos a diferenciação dos parlamentares quando se trata da alocação de recursos.

²⁰ Trata-se da deputada Tia Eron (PRB-BA). Para a Secretaria de Políticas para Mulheres, além desta também há a participação de Rosangela Gomes (PRB-RJ). Todos os valores nominais de todos os deputados constam na tabela 4, nos Anexos.

Considerações finais

Esta nota de pesquisa apresentou alguns aspectos gerais do processo de emendas parlamentares realizado pelos deputados federais ao orçamento da União de 2016.

Mostramos que, após saúde, *desenvolvimento urbano* é o tópico que mais recebeu verbas, mas isso não é igual para todos os partidos (o PT e o PSOL investiram mais em “educação e cultura”, por exemplo).

Transferências a municípios é a modalidade de aplicação do dinheiro mais utilizada, seguindo o que a literatura já indicava.

Olhando um pouco mais especificamente para o subgrupo “direitos humanos, de gênero e raça”, percebemos que, além da pasta de direitos humanos deter significativa mais atenção do que a de mulheres ou igualdade racial, são deputados de partidos usualmente identificados como à esquerda os que mais destinam verbas a tais rubricas.

A democracia moderna clama por transparência e responsividade (*accountability*) dos representantes junto aos cidadãos. Para que isto ocorra, é preciso que estes cidadãos saibam o que cobrar de seus representantes.

Muito mais importante do que, por exemplo, presença em plenário (algo secundário, mas que certos setores insistem em continuar falando a respeito), é acompanhar como os deputados alocam os recursos públicos dos quais dispõem²¹.

Eles estão contemplando aqueles que os elegeram? Que interesses estão representando? Este tema possui valor acadêmico, mas, para além disto, possui um valor relacionado profundamente ao exercício da cidadania.

Referências

- Ames, Barry. 1995. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science*, v. 39, n. 2, p. 406–433.
- Avelino, George; Biderman, Ciro; Silva, Glauco Peres da. 2011. A Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas: Medidas e Aplicações. *Dados*, vol.54, n. 2, p. 319-347.
- Carlomagno, Márcio Cunha. 2015. Partidos, políticos e suas bases: elementos da articulação política local-federal na geografia eleitoral de 2014. *Paraná Eleitoral*, v. 4 n. 1 p. 79-110.
- Carvalho, Nelson Rojas de; Corrêa, Filipe Souza; Ghiggino, Bianca. 2010. Entre o Localismo e Universalismo: a Geografia Social dos Votos e a Questão Metropolitana. In: *34º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2010.

²¹ Os (e)leitores que desejarem podem consultar, em PDF e de fácil acesso, as emendas individuais realizadas por seus deputados por meio do link: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa/ob_loa_consulta_emendas

- Congresso Nacional. 2015. *Manual de Emendas ao Orçamento da União para 2016*. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados / Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Brasília: Setembro, 2015.
- Kanayama, Rodrigo Luís. 2014. Reflexões sobre o orçamento impositivo: as emendas individuais impositivas. *Revista de Direito Público da Economia*, Belo Horizonte, ano 12, n. 47, p. 239-256, jul./set. 2014.
- Kanayama, Rodrigo Luís; Rodrigues, Diogo Luiz Cordeiro. 2014. A política e o orçamento público: desequilíbrios no fiel da balança. *Revista do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná*. Curitiba, n. 1, nov. 2014/maio 2015, pp. 48-61.
- Mesquita, Lara; Silotto, Grazielle; Luz, Joyce; Hubert, Paulo. 2014. Emendas individuais e concentração de votos: uma análise exploratória. *Teoria & Pesquisa*, v.23, n.2.
- Ricci, Paolo & Lemos, Leany Barreiro. 2004. Produção legislativa e preferências eleitorais na comissão de agricultura e política rural da câmara dos deputados. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19 nº. 55
- Silva, Glauco Peres da. 2014. Para além de São Paulo: Medindo a concentração eleitoral em todo o Brasil. In: *IX Encontro da ABCP*, 4 a 7 de agosto de 2014, Brasília.

Outras fontes

- Brasil. Emenda Constitucional nº 86, de 2015. Altera os arts. 165, 166 e 198 da *Constituição Federal*, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.
- Brasil. Lei nº 13.019/2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil
- Câmara dos Deputados. 2015. Emendas Parlamentares Apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2016. Banco de dados. Disponibilizado ao autor em 2 de dezembro de 2015.
- Congresso Nacional. 2006. Resolução Nº 1 de 2006, atualizada pela resolução Nº 3 de 2015. Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da *Constituição*, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo.

Anexos

Tabela 2 – Emendas parlamentares apresentadas às áreas temáticas da LOA 2016, por partido (em porcentagens)

Partidos	Transporte	Saúde	Educação e Cultura	Integração nacional	Agricultura, pesca e des. agr.	Desenvolvimento urbano	Turismo	Ciência & Tecnologia e Comun.	Esporte	Meio ambiente	Fazenda e Planejam.	Ind., Com. e Mic&Peq. Empr.	Trab., Previd. e Assist. Social	Defesa e Justiça	Presid., Legis., Jud., MPU, DPU e Rel. Ext.	Total
DEM		53,28	8,17	4,74	3,25	15,23	3,70	,29	3,96				,88	5,63	,87	100,00
PCdoB		53,54	10,40	4,49	3,64	14,76	1,89	1,60	5,43	,18			1,01	,88	2,19	100,00
PDT		53,12	4,30	3,92	4,44	12,54	5,90	1,45	5,28				,54	7,32	1,20	100,00
PEN		50,33	1,63	17,92	9,61	5,77	12,78		,98				,98			100,00
PHS		51,30	5,22	7,58	1,83	12,00	7,85	,33	3,17				4,46	5,87	,40	100,00
PMB	1,19	53,14	7,91	4,70	3,79	13,07	1,99	,28	6,46				1,05	3,99	2,43	100,00
PMDB	,06	50,96	4,27	4,35	8,29	14,46	5,46	1,19	4,16				1,05	5,02	,73	100,00
PMN		52,42	1,63		13,04	14,67	6,52		6,52					3,26	1,96	100,00
PP	,09	52,33	2,48	10,58	6,14	15,17	3,39	,09	3,09		,03	,31	1,71	3,58	1,02	100,00
PPS	,65	50,33	6,07	,65	6,88	17,47	8,46	,13	4,49	,16			1,10	1,47	2,14	100,00
PR	,10	52,71	6,04	5,06	4,75	16,35	2,10	,12	4,33		,04	,12	1,99	5,72	,57	100,00
PRB		55,57	3,06	3,99	4,10	11,39	3,20	,07	9,80				,33	5,97	2,52	100,00
PROS		53,88	7,57	4,65	3,04	14,30	4,87	2,62	3,48			,58	1,59	1,52	1,89	100,00
PSB		52,18	6,13	7,53	4,86	16,45	4,16	,29	3,02				1,70	2,26	1,42	100,00
PSC		50,27	2,93	2,40	6,18	22,33	2,73	,05	3,58				1,53	6,84	1,17	100,00
PSD		52,21	3,74	1,65	4,07	25,61	2,25	,16	4,84			,24	1,59	2,87	,78	100,00
PSDB		52,89	4,60	2,60	3,61	21,60	2,11	,98	2,77	,16		,43	2,57	4,70	,99	100,00
PSL		50,00		40,22		9,78										100,00
PSOL		50,46	33,68	1,30	2,57	1,24		,72	,78	,52		,65		2,45	5,63	100,00
PT	,03	51,32	9,94	1,59	10,18	13,71	1,55	,51	5,08	,01	,02	,18	1,61	2,40	1,88	100,00
PTB		51,91	6,25	4,37	5,40	17,61	3,82	,18	5,39	,09		,43	,89	3,06	,61	100,00
PTC		50,00			26,07	14,15	6,52		3,26							100,00
PTdoB		52,17	12,59	3,19		11,65	,65	5,86	9,95					3,37	,56	100,00
PTN		51,13			7,61	18,74	2,61	,41	8,26			2,44		5,87	2,93	100,00
PV		51,84	6,00		8,95	17,79	10,72		1,47	,22			,85		2,16	100,00
REDE		50,42	12,35	,33	4,43	11,83	,65	1,46	7,26	,46			1,89	4,63	4,30	100,00
S.PART.		50,00	15,64							6,52				27,84		100,00
SD		51,25	5,85	8,93	5,95	13,10	3,22		5,83	,22			1,53	3,76	,36	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados

Tabela 3 – Modalidades de aplicação das emendas parlamentares apresentadas à LOA 2016, por partido (em porcentagens)

Partidos	Transf. União	Aplicações diretas	Consórcios públicos	Transf. Instituições Privadas	Transf. Estados e DF	Transf. Estados e DF - fdo a fdo	Transf. Municípios	Transf. Municípios - fdo a fdo	A definir	Outros	Total
DEM		6,12	,16	3,47	12,23	1,04	53,11	3,77	20,11		100,00
PCdoB		8,82	,30	1,19	13,41	,12	58,21	6,91	10,63	,42	100,00
PDT		5,70		,31	9,14	4,24	33,48	17,01	30,12		100,00
PEN					10,75		40,15	8,71	40,39		100,00
PHS		3,90			1,50		22,79		71,82		100,00
PMB		13,13		,44	3,80	,09	43,88	10,99	27,67		100,00
PMDB		4,65	,02	3,48	11,45	2,32	48,27	5,39	24,43		100,00
PMN		5,21		9,78	1,63	3,26	63,83		16,29		100,00
PP		5,53	,77	4,36	6,16	,45	53,44	7,85	21,44		100,00
PPS		3,60	1,43	1,43	8,41	1,53	61,20	8,07	14,33		100,00
PR		4,14		,77	7,20	,37	62,52	5,49	19,50		100,00
PRB	,33	4,20		,91	13,11	,62	44,26	2,91	33,66		100,00
PROS		6,81		1,46	6,45	3,62	44,48	11,29	25,87		100,00
PSB		4,83		3,73	6,89	2,60	48,10	6,64	27,21		100,00
PSC		6,43		6,68	5,13	4,14	42,87	7,69	27,06		100,00
PSD		3,59	1,05	1,31	8,72	1,61	61,04	2,46	20,21		100,00
PSDB		4,66	,18	3,07	7,75	1,76	53,33	5,64	23,61		100,00
PSL		40,22					9,78		50,00		100,00
PSOL		31,98		2,99	1,37	9,32	39,97	,33	13,91	,13	100,00
PT		8,32	,03	3,75	13,72	2,04	45,95	3,13	23,07		100,00
PTB		3,75	,43	5,90	6,59	,37	55,20	4,40	23,37		100,00
PTC		1,30					50,00		48,70		100,00
PTdoB		2,08			3,37		23,27	21,59	49,69		100,00
PTN		9,52	2,19	,16	1,63		58,89		27,61		100,00
PV		4,31			5,73		49,07		40,89		100,00
REDE		18,59		3,12	12,51		47,15		18,63		100,00
S.PART.		54,37	3,26	19,55	22,81						100,00
SD		3,49	,35	4,29	11,51		42,93	6,40	31,03		100,00

Tabela 4 – Valores nominais (em R\$), por deputado, destinados à SDH, SPM e SPPIR

Deputado (a)	Partido	UF	SDH	SPM	SPPIR
Alceu Moreira	PMDB	RS	120000,00		
Alessandro Molon	REDE	RJ	1000000,00		
Alice Portugal	PCdoB	BA		300000,00	
Aliel Machado	REDE	PR		100000,00	
Aluisio Mendes	PMB	MA	250000,00		
Ana Perugini	PT	SP	720000,00		
Ariosto Holanda	PROS	CE	480000,00		
Arnaldo Jorday	PPS	PA	600000,00		
Augusto Coutinho	SD	PE	120000,00		
Benedita da Silva	PT	RJ		1000000,00	
Betinho Gomes	PSDB	PE	180000,00		200000,00
Bruno Covas	PSDB	SP	100000,00		
Carmen Zanotto	PPS	SC	180000,00	500000,00	
Chico Alencar	PSOL	RJ	500000,00	200000,00	
Christiane S. Yared	PTN	PR	1800000,00		
Dâmina Pereira	PMB	MG		100000,00	
Daniel Almeida	PCdoB	BA			150000,00
Danilo Forte	PSB	CE	120000,00		
Darcísio Perondi	PMDB	RS	120000,00		
Davidson Magalhães	PCdoB	BA	100000,00	500000,00	
Diego Garcia	PHS	PR	310000,00		
Dimas Fabiano	PP	MG	600000,00		
Edmilson Rodrigues	PSOL	PA			120436,00
Elcione Barbalho	PMDB	PA		200000,00	
Eliziane Gama	REDE	MA		500000,00	
Elmar Nascimento	DEM	BA	60000,00		
Enio Verri	PT	PR	300000,00		
Erika Kokay	PT	DF	760000,00	200000,00	
Erivelton Santana	PSC	BA	120000,00		
Evandro Roman	PSD	PR	100000,00		
Fabiano Horta	PT	RJ		400000,00	
Fábio Sousa	PSDB	GO	910000,00		
Fausto Pinato	PRB	SP	420000,00		
Flávia Moraes	PDT	GO	300000,00		
Francisco Floriano	PR	RJ		400000,00	
Geovania De Sá	PSDB	SC	120000,00		
Giovani Cherini	PDT	RS	480000,00		
Glauber Braga	PSOL	RJ	1000000,00		
Guilherme Mussi	PP	SP	400000,00		
Iracema Portella	PP	PI	180000,00		
Izalci	PSDB	DF	1591218,00		
Jaime Martins	PSD	MG	60000,00		
Jandira Feghali	PCdoB	RJ	500000,00	300000,00	
Janete Capiberibe	PSB	AP			500000,00
Jean Wyllys	PSOL	RJ	200000,00	450000,00	
Jô Moraes	PCdoB	MG	100000,00	200000,00	
João Campos	PSDB	GO	600000,00		
João Daniel	PT	SE	60000,00		
Jony Marcos	PRB	SE	216216,00		
Jorge Côrte Real	PTB	PE	150000,00		
Jorginho Mello	PR	SC	360000,00		
José Fogaça	PMDB	RS	480000,00		
José Mentor	PT	SP	1500000,00		

José Nunes	PSD	BA	600000,00		
Júlio Delgado	PSB	MG	120000,00		
Keiko Ota	PSB	SP	342000,00	200000,00	
Leandre	PV	PR	360000,00		
Leo De Brifo	PT	AC	100000,00		
Leonardo Monteiro	PT	MG	180000,00		
Leônidas Cristino	PROS	CE	130000,00		
Luiz Carlos Haully	PSDB	PR	360000,00		
Luiz Couto	PT	PB	900000,00		
Luiza Erundina	PSB	SP		100000,00	
Luizianne Lins	PT	CE		400000,00	
Mainha	SD	PI	200000,00		
Márcio Marinho	PRB	BA	240000,00		
Marco Maia	PT	RS	1050000,00	300000,00	250000,00
Marcon	PT	RS	300000,00		
Margarida Salomão	PT	MG	60000,00		
Maria do Rosário	PT	RS	1321213,00		
Miro Teixeira	REDE	RJ		200000,00	
Moema Gramacho	PT	BA		300000,00	
Odoário Monteiro	PT	CE	300000,00		
Orlando Silva	PCdoB	SP	100000,00		100000,00
Osmar Terra	PMDB	RS	300000,00		
Otávio Leite	PSDB	RJ	300000,00		
Padre João	PT	MG	300000,00		
Paulo Freire	PR	SP	180000,00		
Paulo Teixeira	PT	SP	120000,00		
Pedro Uczai	PT	SC		500000,00	
Pepe Vargas	PT	RS	600000,00		
Professor Victório Galli	PSC	MT	1130000,00		
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO	200000,00		
Raul Jungmann	PPS	PE	300000,00		
Reginaldo Lopes	PT	MG	600000,00		
Roberto Britto	PP	BA		200000,00	
Roberto Góes	PDT	AP		400000,00	
Rogério Rosso	PSD	DF	300000,00		
Rômulo Gouveia	PSD	PB	150000,00		
Ronaldo Benedet	PMDB	SC	300000,00		
Ronaldo Carletto	PP	BA	350000,00		
Ronaldo Martins	PRB	CE	300000,00		
Rosângela Curado	PDT	MA	1200000,00		
Rosângela Gomes	PRB	RJ		2000000,00	
Rubens Pereira Júnior	PCdoB	MA	300000,00		600000,00
Sibá Machado	PT	AC	300000,00		200000,00
Silvio Costa	PTdoB	PE	60000,00		
Subtenente Gonzaga	PDT	MG	150000,00		
Tenente Lúcio	PSB	MG	2460000,00		
Tia Eron	PRB	BA		1700000,00	1500000,00
Vicente Candido	PT	SP	500000,00	300000,00	200000,00
Waldenor Pereira	PT	BA	451218,00		
Wilson Filho	PTB	PB	100000,00		

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Câmara dos Deputados

* **Márcio Cunha Carlomagno** é mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutorando no mesmo Programa. É graduado Gestão Pública pela UFPR e em Comunicação Institucional pela UTFPR.

E-mail: mccarlomagno@gmail.com

como citar:

Carlomagno, Márcio C. 2016. Como os deputados federais alocam os recursos públicos? Análise das emendas parlamentares propostas ao orçamento 2016. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.3, n.1, janeiro. p. 1-22. ISSN 2359-2826

Normas para colaboração



A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão Harvard autor-data.

As contribuições devem ser submetidas aos Editores através do endereço eletrônico: oelites@gmail.com

Copyright© 2016



observatory of brazilian political and social elites
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR. ISSN 2359-2826

editores: Adriano Codato (ufpr); Wellington Nunes (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolgnesi (ufpr); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (ufpr); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/puc-pr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: uelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

Newsletters are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to uelites@gmail.com.